A reversão da austeridade acaba com a depressão?

Michael Roberts

Foram as políticas de austeridade que causaram a Grande Recessão? Sem tais políticas não teria ocorrido a depressão ou a estagnação das principais economias capitalistas? Se algo desse tipo ocorreu, isso significa que as políticas dos governos "austeros" foram apenas loucuras? Elas estavam inteiramente baseadas em mera ideologia e em má teoria econômica?

Para os keynesianos, a resposta é 'sim' para todas essas perguntas. E eles dominam – como bem se sabe – o pensamento da esquerda e do movimento operário na formulação de alternativas às políticas pró-capitalistas. Se os keynesianos estão certos, então a Grande Recessão, assim como a consequente depressão, poderia ter sido evitada por meio de "estímulos fiscais suficientes". A economia capitalista poderia ter sido instigada por meio de mais gastos do governo e mais déficits orçamentários (ou seja, sem equilibrar as contas do governo e sem se preocupar com crescente nível das dívidas públicas).

Essa é certamente a conclusão a que chega mais um artigo no jornal britânico de centro-esquerda, o *The Guardian*.[1] O seu autor, Phil McDuff, argumenta que manter os salários baixos, que cortar os gastos do governo, tal como ocorreu, entre outros, nos últimos governos dos EUA e do Reino Unido, decorre de uma "teoria econômica zumbi", ou seja, provém "de idéias que estão completamente desacreditadas, mas insistem em retornar à vida pondo-se a caminho por meio de certo discurso público". Em suma, para ele, a austeridade é apenas um absurdo econômico. O artigo desfia, então, uma lista de keynesianos proeminentes (tais como Simon Wren-Lewis, Paul Krugman, Joseph Stigltiz, John Quiggin), os quais argumentam sempre que a 'austeridade econômica' está errada, que vem de má teoria econômica e que se trata, ao fim e ao cabo, apenas de ideologia. Em contraste, os keynesianos reconhecem que "o governo presta um serviço para todos quando faz déficits e dá aos poupadores frustrados uma chance de colocar o seu dinheiro para trabalhar... Pois, os gastos deficitários que expandem a economia são capazes de conduzir ao crescimento do investimento privado, além daquele que ocorreria se ele não se materializasse" (Paul Krugman).

Contudo, será mesmo certo que a austeridade econômica é simplesmente absurda ou mero produto de ideologia? Um estímulo fiscal ao estilo keynesiano teria evitado a Longa Depressão vivida pela maioria das economias capitalistas desde 2009?

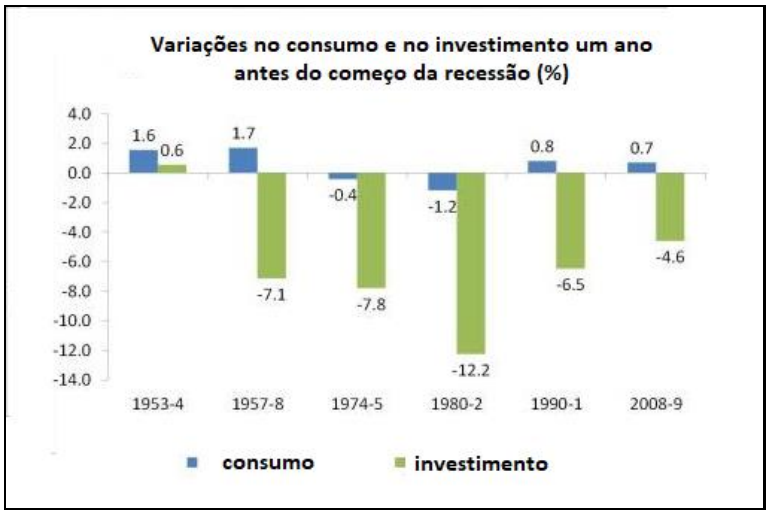
Claro, a ideologia nunca se encontra ausente. Os gastos dos governos na maioria das economias capitalistas não estão só voltados para atender as necessidades das pessoas, isto é, para cuidar da saúde, da educação, das pensões, etc. Grande parte dele é dedicada às necessidades das grandes empresas: gastos de segurança e de defesa; subsídios e créditos para as empresas; reduções de impostos corporativos (elevando, às

[1] McDuff, Phil – Even the IMF says austerity doesn't work. It's the zombie idea that will not die. In: *The Guardian*, 7 de julho de 2017.

vezes, os impostos diretos sobre as rendas familiares); construção de estradas e outros subsídios. Então, quando a 'austeridade' se torna uma necessidade, os cortes nos gastos do governo passam a incidir principalmente sobre os serviços e os empregos públicos, sobre os benefícios sociais – pois, esses são vistos como custos 'desnecessários' do ponto de vista dos capitalistas. Eis que manter pequeno o setor estatal, reduzir ao mínimo a intervenção do governo é, sim, ideologia própria do capital. Porém, é certo também que tudo isso tem, sim, uma lógica econômica.

Trata-se de uma ideologia que faz sentido do ponto de vista do capital. A análise keynesiana nega ou ignora a natureza de classe da economia capitalista, assim como a lei do valor que opera na geração dos lucros por meio da exploração do trabalho. Se os gastos do governo vão para transferências sociais e para o bem-estar, isto irá cortar a rentabilidade, pois eles representam custos para a indústria capitalista e não adicionam nenhum novo valor na economia. Se eles vão para os serviços públicos como educação e saúde (capital humano!), eles podem ajudar a aumentar a produtividade do trabalho ao longo do tempo, mas isso não vai contribuir para o aumento imediato da rentabilidade. Se ele vai para o investimento público em infra-estrutura, pode aumentar a rentabilidade dos setores capitalistas que ganham esses contratos; porém, se forem pagos por impostos mais elevados sobre os lucros, não haverá ganho global para os capitalistas. Se forem financiados por empréstimos, a rentabilidade será constrangida eventualmente por um custo crescente dos empréstimos de capital – e por um aumento da dívida pública.

Foi a austeridade que causou a Grande Recessão? Claro que não. Antes do acidente financeiro global, em 2008, e a subsequente crise econômica global, os salários e o consumo das famílias estavam subindo – não caindo. E o crescimento dos gastos do governo acelerou-se até 2007, em muitos países. Como mostrei muitas vezes em meu blog *The next recession*, foi o investimento empresarial que caiu (tal como pode ser visto no gráfico abaixo aqui republicado).



Para ser justo, os keynesianos nunca argumentaram realmente que a Grande Recessão do século XXI foi produzida pelas políticas de austeridade. Na verdade, a teoria keynesiana não pretendeu prever ou explicar esse afundamento do sistema econômico

global. Como Krugman observou em seu livro *End the depression now!*,[2] publicado em 2012, essa teoria não quis e não quer explicar porque a queda teria ocorrido, mas quer apenas mostrar que "há agora uma grande falta de procura global" – ou seja, que a queda na demanda fora "causada" por uma queda na demanda... Para Krugman, não há nada realmente errado com o "motor econômico capitalista, pois ele continua tão poderoso como nunca". Em vez disso – segundo ele –, "é preciso considerar que há basicamente um problema técnico, um problema de organização e de coordenação – uma 'trapalhada colossal', para usar o termo mediante o qual Keynes descrevera a depressão dos anos 30 do século XX. Ao se resolver, pois, esse problema técnico, a economia logo estará de volta à vida". Ora, se o problema está no "pensamento confuso" e na falta demanda agregada, é preciso obviamente criar mais demanda.

Assim se chega ao ponto crucial do argumento keynesiano contra a 'austeridade'. Se as economias estão sofrendo com a falta de demanda, cortes dos gastos do governo e rebalanceamento das contas do Estado, justamente quando os capitalistas não estão investindo e as famílias não podem gastar, afigura-se como uma rematada loucura. Mesmo se a Grande Recessão não pode ser explicada pela teoria econômica keynesiana, esta pode fornecer as razões da Longa Depressão subsequente – eis que esta foi causada pela austeridade.

É claro que há algo correto nesse argumento, pois se o investimento e a produção capitalista entraram em colapso, elevando o desemprego e reduzindo a renda dos consumidores, um corte dos gastos do governo só pode piorar as coisas. Ademais, há um conjunto amplo de evidências empíricas mostrando que as políticas de austeridade em várias economias (mas não em todas as grandes) pioraram as coisas. Há, por exemplo, um artigo que mostra o seguinte: se os paises europeus que formam o grupo dos 10 não tivessem experimentado 'choques de austeridade', o produto conjunto de suas economias teria já voltado, aproximadamente, ao nível pré-crise, em vez de mostrar uma perda de 3%. As economias deprimidas e mais fracas da zona euro, isto é, Irlanda, Grécia, Portugal etc, experimentarem uma redução de quase 18% em relação à tendência de longo prazo; porém, sem as políticas de austeridade, essas perdas na produção teriam se limitado a 1%.

O economista britânico Simon Wren-Lewis, conhecido como um bom keynesiano, argumentou recentemente que a grande recessão, combinada com as políticas de austeridade fiscal tanto nos EUA como no Reino Unido, afetou de modo permanente a produção. "Um longo período de demanda deficiente pode desencorajar os trabalhadores. Pode também conter o investimento: um novo projeto pode ser rentável, mas, se não há demanda suficiente, ele não vai obter financiamento... A ideia básica é que a inovação se torna menos rentável na recessão e que as empresas, por isso, inovam de fato menos; ora, isto gera um crescimento menor da produtividade e, em consequência, também na oferta". Esse fenômeno que ele descreve é chamado de histerese na economia ortodoxa.

Mas, essa falta de crescimento da demanda durante a Longa Depressão, que sem dúvida tem afetado de modo negativo a produtividade, a inovação e a rentabilidade, resulta da austeridade? Ou vem a ser apenas o fracasso da indústria capitalista para restaurar a rentabilidade e o investimento? A maneira usual de tentar responder a essa

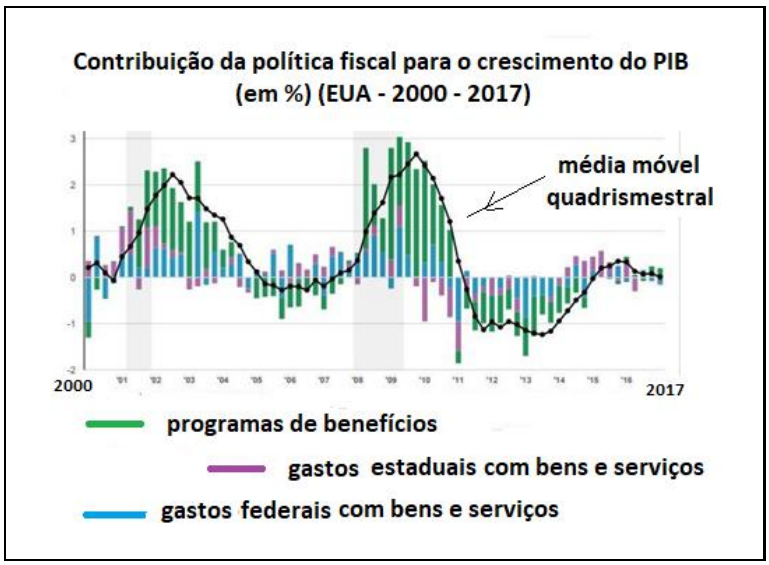
[2] Krugman, Paul – *End the Recession now!* New York/Londres: W. W. Norton & Company, 2012.

pergunta é apelando para o efeito na economia do multiplicador dos gastos agregados – isto é, para o aumento ou queda prováveis no crescimento econômico de um aumento ou queda nos gastos do governo.

Ora, o problema dessa linha de explicação é que o tamanho desse multiplicador tem sido amplamente contestado. Por exemplo, um estudo da Comissão Européia mostrou que o multiplicador keynesiano estava bem abaixo de 1% no perído após a Grande Recessão. A perda média em produto de um ajuste fiscal equivalente a 1% do PIB era de 0,5% do PIB para a União Européia como um todo. E esse cálculo estava de acordo com o tamanho dos multiplicadores tal como foram avaliados antes da crise, sem levar em conta, portanto, que cerca de três quartos dos episódios de consolidação ocorreram após 2009. Em consequência, não se pode considerar como decisivo o papel da queda dos gastos na explicação para a continuidade excessiva da Longa Depressão, após 2009.

Wren-Lewis, en vista desse resultado, tentou escapar do argumento que apela diretamente ao multiplicador. Definiu, então, a austeridade como "o impacto negativo na produção agregada da consolidação fiscal, de tal modo que a medida adequada da austeridade advém da mensuração desse impacto. Em consequência, não vem a ser o nível dos gastos do governo ou dos impostos que importa, mas como eles mudam". Ora, isso parece fornecer uma definição e um critério bem razoável que permite julgar certos fenômenos recentes.

Tendo por base a economia dos EUA, Wren-Lewis confiou então nos resultados do modelo do Hutchins Center, o qual pretende avaliar o impacto da política fiscal do governo no crescimento real do PIB. Ele admite que essa medição é bem difícil. Mas, apesar disso, considera que o modelo é razoável justamente porque mede os impactos dos gastos líquidos do governo no crescimento econômico. Esse modelo mostra que houve, sim, uma mudança em direção às políticas de austeridade a partir de 2011 e até 2015. Nessa perspectiva – argumenta –, o modelo explica o crescimento lento economia dos EUA, assim como a fraca "recuperação" após o fim da Grande Recessão. Se a austeridade não tivesse sido perseguida – o modelo também mostra – a economia americana teria obtido uma recuperação completa a partir de 2013.



Bem, o que primeiro chama a minha atenção nesse gráfico é que a austeridade fiscal nos EUA, de acordo com o Hutchins Center, terminou em 2015. No entanto, desde então não ocorreu nenhuma subida expressiva do PIB desse país. Com efeito, o crescimento real do produto total nos Estados Unidos da América do Norte foi de apenas 1,6% em 2016 e essa taxa anual foi a mais baixa desde o final da Grande Recessão. No entanto, talvez, Wren-Lewis queira retrucar que a histerese passou a operar para manter a produtividade e o crescimento do produto com tendência de baixa. De qualquer modo, mesmo se isso for verdadeiro, o estímulo fiscal parece ter apenas um pequeno efeito na sustentação do crescimento nessa economia capitalista.

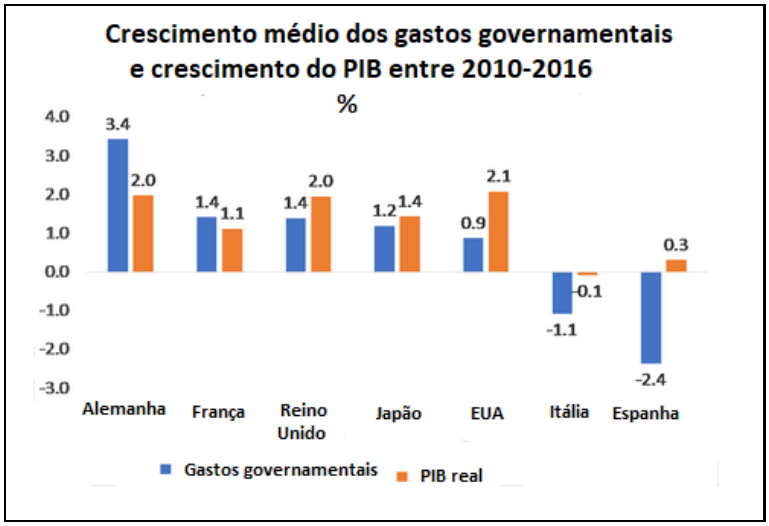
Além disso, há muitas evidências de que estímulo fiscal terá pouco efeito no encerramento da depressão. Tal como Wren-Lewis, também comparei as mudanças nos gastos do governo em relação às taxas médias de crescimento do PIB para as economias da OCDE, desde 2009. Verifiquei que há uma correlação positiva muito fraca, a qual se torna nula se a Grécia for removida da amostra.

A economia japonesa, a partir de 1988, fornece um outro caso para estudo. Comparei, primeiro, o déficit orçamentário médio em relação ao PIB para o Japão, mas também, em sequência, para os EUA e para a área do Euro, desde 1998. Essa é a data escolhida por muitos economistas quando eles querem discutir esse ponto. Pois, foi nesse momento que as autoridades japonesas passaram a empregar as políticas keynesianas de gastos públicos, desenhadas então, como sempre, para restaurar o crescimento econômico. Será que funcionaram?

Entre 1998 e 2007, o déficit orçamentário médio do Japão foi de 6,1% do PIB, enquanto que o crescimento do PIB real médio foi de apenas 1%. No mesmo período, o déficit orçamentário dos EUA foi de apenas 2% do PIB, menos de um terço do que o do Japão, mas o crescimento real do PIB foi de 3% ao ano, ou seja, três vezes maior. Na área do Euro, o déficit orçamentário foi ainda menor, cerca de 1,9% do PIB, mas o crescimento do PIB real médio foi de 2,3% por ano, ou seja, duas vezes maior do que o do Japão. Portanto, parece claro que o multiplicador keynesiano não funcionou bem no caso do Japão, ao longo de um período de dez anos. Note-se que, no período do boom de crédito, entre 2002 e 2007, o crescimento médio do PIB real do Japão foi menor, embora o seu déficit orçamentário tenha sido muito maior, do que o crescimento do PIB dos EUA ou da área do Euro.

Agora, especialmente para esta postagem, comparei os gastos dos governos (tal como foi definido por Wren-Lewis, ou seja, pela soma do consumo e do investimento do governo, excluindo apenas as transferências) com o crescimento do PIB real nas principais economias do mundo. De 2010 a 2016, as taxas de crescimento médio do PIB real na Alemanha, Reino Unido e nos EUA foram praticamente as mesmas, cerca de 2% ao ano, mas o crescimento dos gastos do governo variou consideravelmente, passando de 3,4% ao ano na Alemanha (que não perseguiu a austeridade) para apenas 1,4% nos EUA (que a praticaram). O Reino Unido empregou tanta a austeridade quanto a França, mas cresceu mais rápido. Agora, é verdade que tanto a Itália quanto a Espanha, que cortaram os gastos do governo no período, sofreram com um crescimento baixíssimo. Atrevo-me, no entanto, a argumentar que isso ocorreu principalmente devido ao fracasso da integração financeira desses dois países na área do Euro como um todo. Eis

que os países centrais da área do Euro recusaram-se a ajudar as "regiões" capitalistas mais fracas, as quais também pertencem à mesma área.



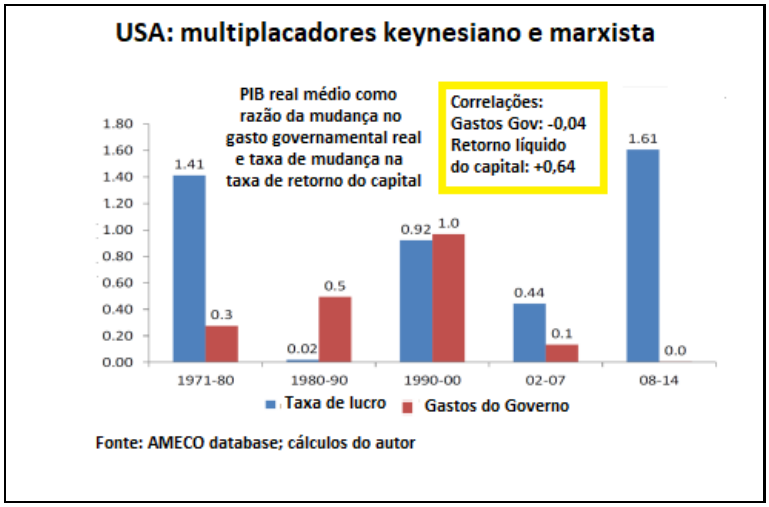
Ainda mais convincente é o trabalho feito por José Tapia comparando os gastos do governo norte-americano, de 1929 até o presente, com os investimentos empresariais e os lucros provindos do crescimento.[3] A sua sofisticada análise de regressão não encontrou qualquer conexão causal significativa – ou correlação – entre os gastos do governo e os investimentos privados ou mesmo entre os primeiros e os lucros das empresas. Na verdade, Tapia descobriu que "a visão keynesiana de que os gastos do governo podem ampliar o crescimento econômico, por meio de estímulo aos investimentos privados, é inconsistente com a constatação de que o efeito líquido do gasto governamental defasado sobre os investimentos privados é significantmente quase nulo ou mesmo negativo, tal como se pode observado analisando os dados das últimas décadas".

Portanto, na melhor dos casos, é preciso considerar que o estímulo de tipo keynesiano não é capaz de tirar as economias capitalistas da depressão. E, no pior dos casos, deve-se constatar que ele pode retardar a recuperação da economia capitalista.

Há um puxador muito mais convincente do investimento e do crescimento nas economias capitalistas: a rentabilidade do capital e esta, como se sabe, é completamente ignorada pela teoria keynesiana. Mostrei no passado que o crescimento do PIB real está fortemente correlacionado com as alterações na rentabilidade do capital próprio. Chamei também essa relação quantitativa de multiplicador marxista. Notei, também, que esse último multiplicador era consideravelmente maior do que multiplicador keynesiano em três das cinco décadas analisadas, sendo particularmente superior no período atual após a Grande Recessão. Além disso, nas outras duas décadas, o multiplicador keynesiano foi apenas ligeiramente superior, mas, no todo, ele nunca ficou acima de 1. Conclui, então, que a evidência mais forte mostrava que o

[3] Tapia, José - Profits encourage investment, investment dampens profit, government spending does not prime the pump – DAG investigation of business-cycle dynamics. MPRA Paper, nº 64698, maio de 2015.

multiplicador marxista é mais relevante para a recuperação econômica do que o multiplicador keynesiano, pelo menos na economia capitalista real.



Põe-se, portanto, a questão final de saber se o baixo crescimento da produtividade na Longa Depressão (no após 2008) foi causada pela falta permanente de demanda (e, assim, pela histerese) ou deve ser atribuída à baixa rentabilidade do capital? O recente relatório anual do Banco de Compensações Internacionais (a agência de pesquisa dos bancos centrais globais) mostrou que o crescimento da produtividade esmoreceu por causa de "uma persistente má alocação do capital e do trabalho, que veio se refletir numa crescente proporção de empresas deficitárias. De fato, a percentagem de empresas zumbis – cujas despesas com juros excedem os lucros brutos (ou seja, antes da incidência dos juros e dos impostos) aumentou significativamente nos últimos anos, apesar dos níveis anormalmente baixos das taxas de juros".

Os economistas do BIS vem da Escola Austríaca que sempre aponta o "crédito excessivo" e a "política monetária frouxa dos bancos centrais" como as causas produtoras das crises. Estas são vistas, assim, como crises de crédito. Eles reconhecem, porém – pensando, obviamente, do ponto de vista do capital –, que o fator por trás do investimento, da inovação e do crescimento é, sim, a rentabilidade – e não a "falta de demanda". [A baixa rentabilidade para eles, no entanto, não é obra da própria acumulação de capital, mas decorre da má gestão do sistema econômico por parte dos governos] (adição do tradutor).

As políticas de austeridade têm, sim, um motivo ideológico: enfraquecer o Estado e reduzir a sua "interferência" na seara própria da relação de capital. Da ótica dos capitalistas, porém, não se diga que elas tem um fundamento econômico maluco ou errôneo, ou seja, que embasa uma teoria muito ruim. O objetivo é sempre reduzir os custos dos serviços públicos, as taxas de juros, os impostos incidentes sobre as empresas e sobretudo os salários, a fim de aumentar a rentabilidade. A visão keynesiana ignora a queda da rentabilidade como uma causa das crises. E por ver na "demanda agregada" – e só aí – o indicador da saúde da economia capitalista, preconiza políticas de estímulo que acabam por se mostrarem insuficientes para resolver o "problema técnico" de fazer a economia "rugir de novo, cheia de vida".